

ACORDO HISTÓRICO

Caso envolvendo Shell-Basf resulta em multas que ultrapassam R\$ 380 milhões e inclusão de atendimento médico vitalício

As empresas Raízen Combustíveis S/A (Shell) e Basf S/A foram acusadas de negligência na proteção de seus trabalhadores e de agressão contínua ao ambiente por mais de 20 anos em uma fábrica de agrotóxicos e pesticidas instalada em Paulínia, no interior de São Paulo, às margens do Rio Atibaia, que abastece a região. Os riscos de contaminação foram identificados desde o início, ainda durante o processo de licenciamento pela Cetesb, mas apesar disso a empresa conseguiu se instalar e operar por 20 anos, sempre adiando ou contornando as exigências de proteção e de adoção de medidas de segurança indicados pelas agências de controle.

As reclamações dos vizinhos, incluindo dos funcionários da Refinaria de Paulínia (Replan), da Petrobras, que fica próxima da área, começaram já no primeiro ano de funcionamento. Na Replan, os funcionários sentiam desconforto e mal-estar físico ao entrarem em contato com emissões gasosas que invadiam a refinaria durante a noite, quase sempre aos

finais de semana e feriados. Relatos de ex-trabalhadores e de ex-moradores das chácaras registrados pela Cetesb falam de despejo de solventes orgânicos, emissões de gases dos processos industriais e vazamentos diários de resíduos de tambores de estocagem, além das emissões dos incineradores.

Em meados dos anos de 1990 foi feita uma auditoria como parte das negociações para a venda da fábrica para a American Cyanamid CO, e constatada a contaminação das águas do entorno, que não poderiam mais ser utilizadas. Foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Curadoria do Meio Ambiente de Paulínia, em que a empresa reconhece a contaminação do solo e das águas subterrâneas por aldrin, endrin e dieldrin, substâncias altamente cancerígenas. Por este TAC, a Shell comprou todas as plantações de legumes e verduras das chácaras do entorno e passou a fornecer água potável para a população, já que também foram encontradas concentrações de metais pesados e pesticidas clorados (DDT e drins) no solo e em

amostras de água subterrânea nas áreas residenciais próximas.

Em 2000, a Basf adquiriu a Cyanamid e manteve a mesma atividade industrial, inclusive a produção de azodrin. Após receber uma série de denúncias e informações que ganharam notoriedade, o MPT instaurou inquérito civil em face das empresas Shell e Basf, para apurar e de reparar possíveis danos à coletividade e à saúde dos trabalhadores. A Prefeitura removeu os moradores das chácaras. Os ex-trabalhadores só conseguiram acompanhamento médico a partir de 2005 e desde então, brigam pela responsabilização das empresas que os lesaram. Para isso, criaram a Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq).

O reconhecimento de que havia uma contaminação acontecendo e a responsabilização da empresa é resultado de uma ação coordenada de vários atores: os vizinhos, que não se calam; o Ministério do Trabalho (MTE), hoje extinto, com o apoio da rede de proteção centralizada no Cerest local, sediado em Campinas, o Mi-

nistério da Saúde e o Centro de Vigilância Epidemiológica (CVE), que acolheram as queixas da população e trabalhadores e não se furtaram a investigar; e do Ministério Público do Trabalho, que deu curso às ações na Justiça.

As atuações do Cerest e CVE e da fiscalização do MTE alimentaram com informações um estudo feito em parceria pelos dois ministérios, que comprovou a contaminação do solo, água e pessoas envolvidas por compostos aromáticos, hidrocarbonetos halogenados, pesticidas e hidrocarbonetos diversos, substâncias altamente cancerígenas. Os levantamentos indicaram que o solo superficial estava contaminado com os compostos DDT, aldrin e endrin. Nas amostras de solo sub-superficial foram encontradas mais de vinte substâncias tóxicas em níveis bem acima do valor considerado aceitável para o organismo humano.

Com esses resultados e os dados levantados, em 2007 o Ministério Público do Trabalho, junto com a Atesq, Associação de Combate aos Poluentes Orgânicos Persistentes (ACPO) inicia uma ação civil pública em face das empresas Shell e Basf. Essa ação foi encerrada em 2013, com um acordo histórico, apontado como o maior já feito pela Justiça do Trabalho no Brasil. As indenizações somam R\$ 370,8 milhões (R\$ 200 milhões por danos morais coletivos, R\$ 83,5 milhões de danos morais individuais e R\$ 87,3 milhões por danos materiais individuais). Além disso, prevê atendimento médico vitalício a 1058 vítimas já habilitadas, que poderá se estender a outras pessoas que venham a comprovar a necessidade desse atendimento no futuro.

Desde o ajuizamento da ação foram registrados mais de 60 óbitos de pessoas que trabalharam na fábrica.

O Lucro Acima da Vida

A história da Shell e Basf é emblemática da relação de descompromisso que o capital mantém com o país, com os trabalhadores e suas famílias, do papel que cumprem profissionais da área de segurança e saúde no trabalho contratados pelas empresas em sua defesa e da necessidade de se rever o sistema de atenção à saúde dos trabalhadores. Parte dessa história pode ser vista no filme *O Lucro Acima da Vida*, em que protagonistas dessa luta estão representados por atores conhecidos do grande público, como Ailton Graça, Deo Garcez, Zezé Mota e João Vitti.

FOTO: divulgação/INTERSINDICAL Central da Classe Trabalhadora



FINAL JUSTO: Funcionários comemoram o acordo firmado com a Shell/Basf na porta do Tribunal Superior do Trabalho, em 2013.